

General Pazuello*

Master: os cães ladram e a caravana passa

Em novembro de 2025, o Banco Central do Brasil tomou uma decisão drástica que redesenharia não apenas os relatórios econômicos do país, mas também a geopolítica partidária de Brasília: decretou a liquidação extrajudicial do Banco Master.

O que parecia, à primeira vista, uma intervenção técnica e pontual em uma instituição de crescimento vertiginoso revelou-se, nos meses seguintes, como o estopim da maior fraude bancária da história brasileira. O montante desviado e fraudado, estimado em valores superiores a R\$ 50 bilhões, superou escândalos históricos do setor financeiro nacional, como os casos dos bancos Marka, Fontecindam, PanAmericano e as fraudes de colarinho branco da década de 1990.

No entanto, o impacto financeiro — medido pelo rombo monumental e pelo subsequente acionamento bilionário do Fundo Garantidor de Crédito, FGC, — constitui apenas a camada superficial do problema.

À medida que as investigações da Polícia Federal, PF, do Ministério Público Federal, MPF, e os cruzamentos de dados submetidos a Comissões Parlamentares de Inquérito, CPIs, avançaram, o “Caso Master” despiu-se de sua roupagem puramente corporativa para se transformar em um terremoto político de proporções tectônicas.

A redoma de proteção edificada em torno da instituição e de seu principal controlador, o banqueiro Daniel Vorcaro, conectou de forma umbilical os gabinetes mais poderosos da República aos bastidores de um esquema que combinava captação agressiva de recursos, financiamentos subterrâneos de projetos político-partidários, corrupção no Judiciário, blindagem no Banco Central, fraudes sistêmicas contra vulneráveis e lavagem de dinheiro com ramificações transnacionais.

Para compreender a magnitude política do escândalo, faz-se necessário reconstituir a engenharia financeira que permitiu a transformação de uma instituição à beira da falência em um gigante bancário.

As raízes do escândalo remontam a 1974, com a fundação da Máxima Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, que posteriormente obteve autorização do Banco Central para operar como banco múltiplo na década de 1990. Concentrado no crédito imobiliário, o Banco Máxima viveu momentos de severa fragilidade estrutural. Em 2016, a instituição esteve à beira da decretação de falência em decorrência de uma crise aguda de inadimplência em sua carteira de ativos.

Investigações subsequentes da Polícia Federal desenterraram conexões alarmantes desse período de transição.

No escopo de desdobramentos de ações como a Operação Colossus, constatou-se que o Banco Máxima operou fluxos cambiais atípicos da ordem de R\$ 2,8 bilhões para a empresa One World Services, OWS, entidade sob suspeita de ligação com organizações criminosas internacionais, incluindo o Primeiro Comando da Capital, PCC, e o grupo extremista Hezbollah, entre 2018 e 2021. Além disso, delações premiadas de operadores de mercado revelaram que a sobrevivência e

o financiamento de projetos da instituição contaram com injeções fraudulentas de fundos previdenciários de servidores de prefeituras e empresas estatais, mediante o pagamento de propinas a gestores — esquemas que contavam com a participação de lobistas e doleiros históricos da política fluminense e nacional.

Em 2018, o empresário Daniel Vorcaro assumiu o controle do Banco Máxima, rebatizando-o como Banco Master. Sob a nova administração, a instituição adotou uma estratégia comercial agressiva e heterodoxa para captação de liquidez: a emissão de Certificados de Depósito Bancário, CDBs, com taxas de rentabilidade substancialmente superiores à média praticada pelo mercado financeiro tradicional.

O resultado dessa engenharia de captação foi um crescimento que desafiou as leis da gravidade macroeconômica. Entre 2019 e 2024:

• O patrimônio líquido do banco saltou de modestos R\$ 200 milhões para vertiginosos R\$ 4,7 bilhões.

• A carteira de crédito expandiu-se de R\$ 1,4 bilhão para mais de R\$ 40 bilhões.

Os recursos captados em massa junto a investidores institucionais e pessoas físicas não eram alocados em operações de crédito convencionais e de baixo risco. Em vez disso, o Master direcionava esse fluxo bilionário para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, FIDCs, e fundos estruturados geridos pela própria instituição ou por parceiras associadas, como a gestora Reag Investimentos.

Esses fundos compravam participações ou assumiam dívidas de grandes companhias em severo processo de reestruturação financeira ou recuperação judicial — tais como Oi, Gafisa, Light, CVC e Ambipar. O banco operava no fio da navalha, mascarando o risco sistêmico com avaliações de ativos infladas e manobras contábeis que criavam uma ilusão de solidez e lucratividade extraordinária.

Uma das vertentes mais cruéis do ponto de vista social e mais lucrativas para a engrenagem do banco envolvia o crédito consignado voltado a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social, INSS. O Banco Master estruturou uma operação irregular em escala industrial para inflar artificialmente sua carteira de crédito e gerar receitas fictícias imediatas.

As investigações apontaram a criação de mais de 250 mil contratos fantasmas de empréstimos consignados. O modus operandi consistia na utilização de dados vazados de beneficiários do INSS para a simulação de empréstimos que jamais haviam sido solicitados ou autorizados pelos idosos. O banco registrava esses ativos em seu balanço, gerando direitos creditórios que eram securitizados e vendidos para fundos de investimento, enquanto os aposentados sofriam descontos indevidos em seus proventos essenciais.

Em fevereiro, com o avanço das apurações, o acervo probatório e os dados sigilosos dessa fraude foram oficialmente remetidos ao Senado Federal para subsidiar os trabalhos da CPMI do INSS.

Para sustentar o balanço patrimonial e evitar que os índices de Basileia do banco despencassem — o que obrigaria o Banco Central a intervir imediatamente —, o grupo controlador do Master utilizava uma rede de peritos e gestores de fundos para superavaliar os ativos sob sua custódia. Títulos de empresas falidas, imóveis comerciais hiperfaturados e debêntures sem liquidez eram contabilizados pelo valor nominal total.

O Caso Master mimetizou e ampliou o enredo observado anos antes na liquidação da Financeira BRK (antiga Brickell), ocorrida em fevereiro de 2023. Ambas as instituições compartilhavam operadores, contadores e estratégias de captação predatória via CDBs de alta rentabilidade. O esvaziamento das reservas do FGC para cobrir as garantias legais de até R\$ 250 mil por CPF/CNPJ gerou pânico institucional, exigindo articulações emergenciais entre o Ministério da Fazenda, a Comissão de Valores Mobiliários, CVM, e as lideranças das maiores instituições bancárias do país para evitar um efeito dominó de desconfiança sistêmica.

Se o colapso financeiro chocou o mercado, a abertura dos arquivos digitais, a quebra de sigilos bancários e telemáticos e as subsequentes delações premiadas de Daniel Vorcaro e de seus operadores de propina arrastaram a República para o centro do furacão.

O Caso Master converteu-se em um escândalo pluripartidário, atingindo os principais eixos do espectro político nacional.

Enganam-se os que avaliaram o Caso Master como um escândalo restrito a um único lado da trincheira ideológica. A capilaridade do lobby da instituição atingiu em cheio o Palácio do Planalto e a cúpula do Partido dos Trabalhadores, PT.

O alvo de maior proeminência na ala governista foi o ministro da Casa Civil, Rui Costa. No transcorrer das fases subsequentes da operação policial, deflagradas no primeiro semestre de 2026, a PF cumpriu mandados de busca e apreensão que miraram o entorno do ministro. De acordo com as investigações, Costa teria pactuado com Daniel Vorcaro o recebimento de R\$ 146,5 milhões em propinas.

O repasse desses valores, estruturado para blindar o banco contra ações punitivas e facilitar a liberação de aportes de fundos de pensão estatais, teria sido operacionalizado por meio de transações imobiliárias simuladas.

Desse montante, a Polícia Federal afirmou ter colhido provas materiais de que ao menos R\$ 74 milhões foram efetivamente quitados por meio de transferências de imóveis de alto padrão e contratos de consultoria mascarados. Embora o ministro tenha negado veementemente qualquer irregularidade e buscado desqualificar as acusações, a crise colocou a coordenação política do governo Lula sob severo estresse e paralisia operacional.

Outro capítulo central da infiltração institucional ocorreu na tentativa de fusão de interesses entre o Banco Master e o Banco de Brasília, BRB, instituição fi-

nanceira de economia mista controlada pelo Governo do Distrito Federal. Sob a gestão de Paulo Henrique Costa, o BRB costurou um acordo bilionário para a aquisição de fatias operacionais do Banco Master, o que daria à instituição de Daniel Vorcaro o selo definitivo de respeitabilidade e solidez estatal.

Seis meses após a decretação da liquidação extrajudicial do Banco Master, as ações integradas do Estado brasileiro alcançaram números sem precedentes na história do combate aos crimes financeiros no país. O balanço divulgado pelas autoridades em maio de 2026 revelou a magnitude do aparato mobilizado:

[Balanço Operação Banco Master - Maio de 2026]

- Mandados de Busca e Apreensão Cumpridos: 116

- Unidades da Federação Atingidas: 7 (BA, MG, PI, RJ, RS, SP, DF)

- Bens e Ativos Bloqueados Judicialmente: R\$ 27,71 bilhões

- Contratos de Consignados Fantasmas Identificados: 250.000+

- Passivo Total Estimado da Fraude: R\$ 50 bilhões+

As operações ganharam contornos de cooperação internacional de alta complexidade. Em uma ação coordenada com a Interpol, a Polícia Federal brasileira localizou e prendeu em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, o principal hacker e engenheiro de sistemas do esquema Master, responsável por apagar os rastros dos contratos fantasmas do INSS e por desviar ativos para criptomoedas em carteiras frias (cold wallets) no exterior.

No plano doméstico, as prisões sucessivas atingiram os círculos mais íntimos do poder econômico. Além do próprio Daniel Vorcaro, a sexta fase da operação levou à prisão o pai do banqueiro e, em um desdobramento institucional grave, um agente da ativa da própria Polícia Federal, que atuava como informante pago pelo banco, vazando datas e alvos de mandados de busca penderes. Grandes empresários e figuras do topo da pirâmide corporativa nacional, como o investidor Nelson Tanure e o ex-presidente da gestora Reag, João Carlos Mansur, tornaram-se alvos preferenciais de conduções, buscas e restrições financeiras.

O Caso Master prova que, sob o manto das guerras culturais e dos debates inflamados nas redes sociais, existe um pragmatismo financeiro subterrâneo e transpartidário que une opositos ideológicos na mesma mesa de negociações, tanto que o emissor dos cheques seja um banco bilionário em expansão.

O desfecho dos processos criminais, o julgamento das autoridades envolvidas e a capacidade do Estado brasileiro de reaver os R\$ 50 bilhões sonegados e fraudados ditarão se o país avançará rumo à maturidade de suas instituições de controle ou se consolidará a percepção de que o crime de colarinho branco permanece grande demais para ser punido.

E, quanto a Flávio, ele continua firme e forte para provar sua inocência e seguir firme rumo ao Palácio!